

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL-16ª - BRASÍLIA

Juiz Titular	:	DR. MARCELO REBELLO PINHEIRO
Juiza Substit.	:	DRA. FLÁVIA DE MACÊDO NOLASCO
Dir. Secret.	:	BRUNO NASCIMENTO BARROS

EXPEDIENTE DO DIA 02 DE AGOSTO DE 2017

Atos do Exmo.	:	DR. MARCELO REBELLO PINHEIRO
---------------	---	------------------------------

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

Numeração única: 43335-40.2010.4.01.3400
43335-40.2010.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / IMÓVEIS

AUTOR	:	ESPOLIO DE SEBASTIAO DE SOUSA E SILVA
ADVOGADO	:	DF00009695 - JOSE RAIMUNDO DE CASTRO NETO
REU	:	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) ante a ausência de hipótese (conexão) que justifique a redistribuição destes autos por dependência, DECLARO a incompetência deste Juízo para processar e julgar a ação, determinando o retorno dos autos ao Juízo da 4ª Vara Federal/SJDF.

Numeração única: 23591-49.2016.4.01.3400
23591-49.2016.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	XTEC TECNOLOGIA EM AVALIACOES, PERICIAS E CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	RJ00065942 - ANGELICA DA SILVA QUADROS
ADVOGADO	:	MG00137215 - ANGELICA DA SILVA QUADROS
REU	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) acolho as preliminares de incorreção do valor da causa e competência absoluta do JEF e DECLINO DA COMPETÊNCIA para processar e julgar a presente ação, razão pela qual ordeno a remessa dos autos a uma das Varas do Juizado Especial Federal desta Seção Judiciária do Distrito Federal, após preclusa a presente decisão.

Numeração única: 42253-61.2016.4.01.3400
42253-61.2016.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MARCIO PEREIRA LOMBARDI
ADVOGADO	:	DF00045989 - FERNANDO AUGUSTO ROCHA FARIA
REU	:	UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

O Exmo. Sr. Juiz exarou :
(...) Considero, portanto, que a decisão deve ser cumprida nos termos da petição de fl. 247, pois retrata o valor dos bens apurado pela autoridade fiscal até o momento em que foi proferida a decisão de antecipação de tutela recursal, a fim de ser dado cumprimento fiel à decisão proferida em Agravo de Instrumento.